



remaa

Nos rastros da ecopolítica: problematizando ditos em torno do movimento SOS Cassino

Thiago Silva de Souza¹

Universidad de la Republica — UdelaR

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9335-1752>

Resumo: Neste estudo problematizo ditos extraídos de matérias do Jornal Agora sobre o movimento SOS Cassino, autodenominado apartidário e sem fins lucrativos. Utilizo a problematização foucaultiana e a noção de rede como atitudes teórico-metodológicas de produção e análise dos dados. Como resultados, estão: 1) a emergência de um consenso em torno de uma solução ecossustentável ao problema do acúmulo da lama na beira da praia do Cassino; 2) uma preocupação com as futuras gerações como prática discursiva que legitima e sustenta o consenso em torno de uma resposta “ecopreconizada”. Assim, concebo os achados provenientes do material jornalístico local como rastros potentes de uma ecopolítica em voga na contemporaneidade, presentes nas práticas discursivas e nos acontecimentos políticos em torno do movimento SOS Cassino, no extremo sul do Brasil.

Palavras-chave: Praia. Surfe. Ecopolítica.

Sobre las huellas de la ecopolítica: problematizando dichos alrededor del movimiento SOS Cassino

Resumen: En este estudio problematizo dichos extraídos de artículos del diario Agora sobre el movimiento SOS Cassino, autodenominado no partidista y sin fines de lucro. Utilizo la problematización foucaultiana y la noción de red, como actitud teórico-metodológica de producción y análisis de datos. Como resultado, se encuentran: 1) el surgimiento de un consenso sobre una solución eco-sustentable al problema de la acumulación de lodo en la orilla; 2) una preocupación por las generaciones futuras como práctica discursiva que legitima y sustenta el consenso en torno a una respuesta “eco” recomendada. Así, concibo los hallazgos del material periodístico local como potentes huellas de una ecopolítica en boga hoy, presente en las prácticas discursivas y acontecimientos políticos que rodearon al movimiento SOS Cassino, en el extremo sur del Brasil.

Palabras clave: Playa. Surf. Ecopolítica.

On the tracks of ecopolitics: problematizing sayings around the SOS Cassino movement

¹ Doutor em Educação Física (Programa de Pós-Graduação em Educação Física da Universidade Federal de Pelotas, Brasil). Professor no Instituto Superior de Educação Física do Centro Universitário Regional Noreste (CENUR Noreste) da Universidad de la Republica, Uruguai. E-mail: thiago.isef@gmail.com

Abstract: In this study I problematize sayings extracted from articles in the Agora newspaper about the SOS Cassino movement, self-styled non-partisan and non-profit. I use Foucault's problematization and the notion of network, as a theoretical-methodological attitude of data production and analysis. As a result, there are: 1) the emergence of a consensus on an eco-sustainable solution to the problem of mud accumulation on the beach; 2) a concern with future generations as a discursive practice that legitimizes and sustains consensus around a recommended "eco" response. Thus, I conceive the findings from the local journalistic material as potent traces of an ecopolitics in vogue today, present in the discursive practices and political events surrounding the SOS Cassino movement, in the extreme south of Brazil.

Keywords: Beach. Surfing. Ecopolitics.

INTRODUÇÃO

Neste artigo venho me debruçar sobre algumas intervenções que deram visibilidade ao surfe gaúcho na praia do Cassino (RS/Brasil), sobretudo, pela aproximação exercida entre este e um movimento local de salvação da praia como espaço de banho e de prática esportiva, denominado SOS Cassino. Esse movimento autodenominado apartidário e sem fins lucrativos foi constituído em meados do ano de 2015 por frequentadores do Cassino, bairro-balneário localizado no extremo sul do Brasil, aproximando adeptos de diferentes modalidades esportivas e proprietários de escolas que oferecem serviços relacionados a esportes náuticos na beira da praia.

Diante disso, exercito um pensamento problematizador, na esteira de Michel Foucault, sobre ditos extraídos de algumas publicações do jornal local Agora² em torno do SOS Cassino, compondo uma rede discursiva que se imbrica e se sustenta sob as premissas de uma bio/ecopolítica (PASSETI, 2013; VEIGA-NETO, 2014; HENNING, 2019) contemporânea, ou ainda de uma ecogovernamentalidade (MALETTE, 2011) em voga nos dias atuais.

Estudos anteriores demonstram a problematização de alguns discursos ambientais disparados por esse movimento. Através destes, pude me encontrar, de um lado, com o diagnóstico de um enunciado de morte da praia atualizado nas práticas³ exercidas pelos participantes do movimento (SOUZA; HECKTHEUER; RIGO, 2016) e, de outro, com a identificação de rastros de um discurso em prol do desenvolvimento sustentável nas ações dele decorrentes (SOUZA; RIGO, 2017).

² Jornal de circulação diária em Rio Grande/RS que atuou de 20 de setembro de 1975 até 10 de março de 2020, quando encerrou suas atividades.

³ Para Paul Veyne (2014, p. 248), as práticas são "o que fazem as pessoas".

Para além desses, no que concerne ao espaço da beira da praia como objeto de estudo, as produções de Souza *et. al* (2012), Bandeira (2014), Freitas (2014) e Souza, Hecktheuer e Rigo (2016; 2019) se destacam, uma vez que identificam aspectos das particularidades utópicas e heterotópicas daquele espaço, o que, de certa forma, produz efeitos nas análises aqui empreendidas.

Souza (2012) e Bandeira (2014) identificam que, na praia do Cassino, a ideia de pico se refere ao espaço fora do mar⁴, sendo concebido como um ponto de referência a partir da areia, tal como a formação geográfica, uma ruína ou um edifício localizado em frente ao oceano. É sobre o pico como espaço de relações irrestritas ao mar que se forjam conflitos sobre os usos da praia entre surfistas e demais interessados, constituindo um tipo de localismo. Um desses conflitos advém “das intervenções de engenharia do porto que destroem picos a cada ano e representam um grande desafio para a comunidade de surfe” (BANDEIRA, 2014, p. 22).

Freitas (2014), ao discorrer sobre parte da história da constituição do bairro-balneário Cassino, nos permite desnaturalizar um tipo de sacralização do mar como espaço de usos e sentidos privilegiados em detrimento de outros. No início do século XX, famílias de origem europeia concebiam seus veraneios nesse bairro-balneário em que os banhos de mar apresentavam finalidades terapêuticas. Tanto nas lições das governantas que vinham com as famílias da Europa quanto em menções a mulheres que esbanjavam vigor físico na beira da praia em suas atividades físicas, na segunda década daquele período a praia do Cassino refletia discursos médicos que, predominantemente, desmistificavam imagens sombrias vinculadas ao mar⁵ e potencializavam aspectos dos balneários europeus, difundidos também na história do bairro-balneário Cassino. Nesse momento, não havia uma preocupação latente com um uso sustentável da praia ou com a necessidade de gestão dos conflitos decorrentes do localismo vinculado aos surfistas, na medida em que o surfe no Cassino veio

⁴ Um primeiro sentido constitui-se dentro do mar como “parte da onda que quebra primeiramente e impulsiona o surfista” (BANDEIRA, 2014, p. 22).

⁵ Para essa desmitificação do mar, Freitas (2013, p. 54) discorre sobre o trabalho “Território do Vazio”, de Alain Corbin, falando sobre a mudança desse “‘território do vazio’ que causava temor e repulsa pela vinculação do mar às grandes catástrofes bíblicas e literárias, para um lugar de admiração, contemplação e deleite, que aliviaria as ansiedades e os desejos dos indivíduos”.

a se desenvolver e ganhar um número considerável de adeptos somente no final do século XX (SOUZA, 2010).

Souza, Hecktheuer e Rigo (2016a, p. 294), ao problematizarem os usos do espaço da beira da praia diante de uma polêmica envolvendo a circulação dos carros, demonstram “um exercício de pensamento que conecta práticas de lazer e o espaço da beira da praia como uma heterotopia produtiva de práticas educativas”. Mais recentemente, os mesmos autores, ao analisarem o discurso do surfista Ricardo dos Santos, demonstraram que, apesar de ele aderir ao surfe competitivo, “seu discurso porta: uma concepção de surfista engajado, preocupado com a natureza e o meio ambiente; um conceito de surfe em que persiste o componente lúdico-brincante que possibilita pensar o surfe como uma heterotopia” (SOUZA; HECKTHEUER; RIGO, 2019, p. 511).

É sobre a emergência de um tipo de problematização contemporânea vinculada à praia e seus usos que este estudo se desdobra. Contudo, darei atenção aqui a dois pontos pouco explorados nas produções anteriores: a visibilidade relevada à recorrência do prefixo “eco” no conjunto de ditos promovidos e decorrentes do movimento SOS Cassino; e a emergência de uma vontade de condução das condutas na direção de uma política de regulamentação dos conflitos contemporâneos em torno da lama na beira da praia, constituindo uma trama ecopolítica nessa localidade. Tais ditos puderam ser extraídos de algumas ações do SOS Cassino em seus entrecruzamentos com políticas voltadas à proteção da natureza e disparados pelo encontro com edições do Jornal Agora.

Como método de análise dos dados, utilizo a noção de problematização de Michel Foucault, uma vez que “trata-se de um movimento de análise crítica pelo qual se procura ver como puderam ser construídas as diferentes soluções para um problema: mas também como essas diferentes soluções decorrem de uma forma específica de problematização” (FOUCAULT, 2010, p. 233).

Ademais, aciono a noção de rede, na perspectiva de Kastrup (2003), como dispositivo metodológico de conexão dos ditos extraídos do jornal a práticas discursivas vizinhas⁶. A

⁶ “Regimes de verdade de uma dada formação social, produzidos a partir de vários discursos e lugares de poder, formam uma espécie de pontilhado, o qual funciona como se se tratasse de virtualidades prefiguradas [...] submetida à força de outras práticas, vizinhas, que podem transformá-la” (FISCHER, 2003, pp. 381–382).

rede não é “definida por sua forma, por seus limites extremos, mas por suas conexões, por seus pontos de convergência e bifurcação. Por isso, a rede deve ser entendida com base numa lógica das conexões e não numa lógica das superfícies” (KASTRUP, 2003, p. 53). Assim, foi através do acompanhamento das conexões que estabeleci entre alguns ditos jornalísticos relativos ao SOS Cassino e de outras práticas discursivas vizinhas que as sustentam num determinado regime de verdade que o corpus empírico deste artigo se constituiu.

Uma das conexões iniciais de análise que deram vida e, de certa forma, justificam a proposta deste artigo refere-se à menção do Jornal Agora (LOURO, 2015, p. 3) relativa ao problema da insuportabilidade do cheiro da lama depositada na praia através do problema dos microrganismos nela presentes, como demonstra a fala a seguir de um pesquisador chamado a uma entrevista ao periódico local. Segundo ele, o cheiro se dá: “[...] devido à morte — por sufocamento — de microrganismos (sic), ocasionados pelo depósito de lama” e pelo diagnóstico de que “[...] muitas pessoas acham que o cheiro é da própria lama, mas o cheiro é da decomposição dos microrganismos” (LOURO, 2015, p. 3).

Esse diagnóstico, exercido por um ambientalista local entrevistado, me conectou ao texto da Convenção sobre a Diversidade Biológica (BRASIL, 2000) realizada no interior da ECO 92⁷, em que se denominou, naquela oportunidade, os “ecossistemas” como “[...] um complexo dinâmico de comunidades vegetais, animais e de microrganismos e o seu meio inorgânico que interagem como uma unidade funcional” (BRASIL, 2000, p. 9). Na leitura desse material, destaca-se as sub-reptícias vezes que o prefixo “eco” englobava os termos que caracterizavam não somente os microrganismos, mas também o tema do evento: “diversidade biológica significa a variabilidade de organismos vivos de todas as origens, compreendendo, dentre outros, os ecossistemas terrestres, marinhos e outros ecossistemas aquáticos e os complexos ecológicos de que fazem parte” (BRASIL, 2000, p. 9).

Essa proliferação do prefixo “eco” chama atenção ao mesmo tempo em que proliferam-se outros ditos e desdobramentos sobre o caso da lama alojada na beira da praia do Cassino. Passo a notar, então, tratar-se de um conflito envolvendo a dragagem e os

⁷ Também chamada de Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, Cúpula da Terra, Conferência do Rio de Janeiro e Rio 92, teve a presença da Organização das Nações Unidas (ONU), sendo constituída por chefes de Estado entre os dias 3 e 14 de junho de 1992 na cidade do Rio de Janeiro, Brasil.

usuários da praia, e embora houvesse ainda um ruído sobre as suas possíveis causas (naturais ou provocadas pela dragagem), um consenso se instituía entre surfistas, usuários diversos da praia e, inclusive, pescadores amadores (figuras I e II): a praia deveria ser salva da lama em virtude, especialmente, da insuportabilidade do cheiro.

Figura I: Fotografia de faixa com os escritos “Pescador Amador apóia SOS Cassino”, registro de 17 de maio de 2015 durante uma ação do SOS Cassino na Avenida Rio Grande — Cassino/RS.



Fonte: Coleção particular.

Figura II: Fotografia de um caixão simbolizando a morte da praia, registro de 17 de maio de 2015 durante uma ação do SOS Cassino na Avenida Rio Grande — Cassino/RS.



Fonte: Coleção particular.

Conforme a Figura I, até mesmo os pescadores, que em outros momentos conflitavam com os surfistas em função dos usos divergentes do mar (SOUZA; HECKTHEUER; RIGO, 2016), se uniram ao movimento em prol da salvação da praia. Na Figura II há um caixão simbolizando a morte da praia pelos problemas gerados pela lama, evidenciando o tamanho esforço de comoção da comunidade local pela causa em questão.

Nas duas figuras encontram-se práticas que se congregam através do consenso de salvação da praia. Em virtude disso, proliferam-se, ao mesmo tempo, medidas “ecológicas” e “ecosustentáveis” como solução ao problema enfrentado, como demonstra a matéria do Jornal Agora com três pesquisadores envolvidos na causa: “Os três pesquisadores concordam que a dragagem é necessária, porém creem que os responsáveis pelas dragagens devem escolher formas ecosustentáveis e ecológicamente responsáveis para gerir o descarte dos sedimentos” (LOURO, 2015, p. 3).

Diante do diagnóstico de um consenso instituído sobre a necessidade de salvação da praia e sobre os contornos em torno do prefixo “eco” como solução inquestionável, dedico-me aqui à problematização de uma série de ditos e de materiais empíricos reunidos ao redor do SOS Cassino como forma de dar visibilidade aos rastros de uma ecopolítica em jogo na praia do Cassino. Anuncio, de antemão, que percorri uma perspectiva de análise que procura fugir das polêmicas (FOUCAULT, 2012) e operar no nível da problematização a partir “da elaboração de um domínio de fatos, práticas e pensamentos que me parecem colocar problemas para a política” (FOUCAULT, 2012, p. 222).

A ecopolítica é aqui entendida segundo as contribuições de Passeti (2013), Alfredo Veiga-Neto (2014) e Henning (2019), bem como aquelas trazidas por Michel Foucault na ocasião de seus estudos sobre biopolítica e governamentalidade. Paradoxalmente, a “ecopolítica não apenas desloca a importância até agora conferida à biopolítica como, também e principalmente, amplia, do humano para o planetário, o papel conferido à vida” (VEIGA-NETO, 2014, p. 216).

Para Foucault (2008), a biopolítica é um tipo de poder moderno que se engendra sobre as populações e opera os saberes econômicos e estatísticos como práticas políticas de governo das populações. Através de um deslocamento do poder de soberania de fazer morrer e deixar viver, a biopolítica atua sobre uma intensificação da vida regulada, gerenciada e normalizada por meio de práticas de fazer viver e deixar morrer. “Sociedade, economia, população, segurança e liberdade são os elementos constitutivos de uma governamentalidade” (FOUCAULT, 2008, p. 476).

Num exercício de ampliação dos sentidos conferidos à noção de biopolítica por Michel Foucault, especialmente nos seus cursos no Collège de France e no primeiro volume de História da Sexualidade, Veiga-Neto propõe um entendimento de biopolítica como um caso da ecopolítica, de modo que esta passa a englobar aquela. Assim, “nossos interesses e preocupações com a manutenção da vida vão para além da população humana (como corpo-espécie) e se instalam no todo do planeta (corpo-planetário)” (VEIGA-NETO, 2014, p. 216).

Passeti (2013) destaca que a bio/ecopolítica “não se trata de um governo da população como na biopolítica, mas de governo *com* cada população para que viva

agrupada, móvel, resiliente, participativa, em função de cada um, de seu agrupamento e da conservação do planeta” (PASSETI, 2013, p. 13, grifo do autor). É nesse sentido que Malette (2011) fala sobre a possibilidade de ampliação da problematização da governamentalidade moderna:

[...] ao sugerir que os problemas da vida, do ambiente e do governo coincidem agora com a emergência da ecopolítica, cristalizando, assim, uma relação de poder/saber que reorganizam profundamente de maneira relacional os três movimentos constitutivos da governamentalidade moderna: governo, população e economia política. (MALETTE, 2011, p. 16)

Nessa esteira, “cada um e todos são responsabilizados pelo caos planetário e cabe a cada um e a todos resolver os estrondos cometidos na mãe-natureza” (HENNING, 2019, p. 372). Essa responsabilização está quase sempre ligada a “ações ecológicas voltadas ao denunciamento de uma hecatombe por vir [...] que colocam em pauta uma ecopolítica voltada para a segurança do planeta. É preciso governar para melhorar aquilo que é vivo na Terra, sempre projetando seu futuro [...]” (HENNING, 2019, p. 372).

Na esteira da ecopolítica, a Educação Ambiental atua como potente discurso de verdade sobre os modos pelos quais seres humanos devem relacionar-se com a natureza, “conduzindo condutas de massa aos indivíduos [...] que educam através do medo e do possível risco de perda planetária” (HENNING, 2019, p. 378). Como um dos discursos vencedores da contemporaneidade, uma vez que está presente nos currículos escolares e espaços educativos diversos através de apelos midiáticos esverdeantes (MARQUES; HENNING, 2020), a Educação Ambiental funciona tanto instituindo soluções ecológicas prontas aos problemas ambientais como provocando uma potência transformadora. São múltiplas as relações existentes entre os viventes deste planeta, os quais podem forjar outros entendimentos a noções modernas tão caras, como as de humano, natureza, cultura etc.

Buscamos estimular que se pense em relação aos enunciados que nos fazem ver e sermos quem somos na contemporaneidade: sujeitos tão marcados pelas condutas eco, por um esverdeamento discursivo que nos aloca em papel de causador dos problemas ambientais e também como possível salvador do planeta, dentre tantos outros atravessamentos que nos conduzem rebanhamente em prol de um compartilhar de responsabilidades e, que também, nos conforta pois, mesmo que o

planeta esteja em crise, podemos seguir consumindo pois há uma gama infindável de produtos e/ou serviços que afirmam convergir nessa preocupação com o planeta. (MARQUES, HENNING, 2020, p. 243)

Assim, é preciso problematizar o consumo não questionado de imagens, consensos, soluções prontas e condutas ecológicas salvacionistas como atitudes ambientalmente corretas *a priori*, voltando-se a uma Educação Ambiental aberta à diferença ou, ainda, às múltiplas Educações Ambientais possíveis (HENNING, MUTZ, VIEIRA, 2018). Para Mallette (2011, p. 21), trata-se, sobretudo, “de construirmos um ambiente planetário que todos nós compartilhamos, humanos ou não-humanos atores/sujeitos/objetos, da mesma maneira”.

Com isso, junto aos intercessores teóricos aqui mencionados, concebo a ecopolítica como horizonte da biopolítica e como dispositivo analítico para o diagnóstico de forças que visam ora conduzir grupos e indivíduos a determinadas condutas ecológicas pautadas na supremacia e na dissociação do humano sobre a natureza, ora garantir contra o ecologismo⁸. Nas seções seguintes pautarei uma atitude teórico-metodológica problematizadora que se põe a suspender uma tendência polemista⁹ e se volta a buscar na materialidade dos ditos os rastros pouco evidentes, embora não ocultos, de um tipo de poder que se atualiza e se imbrica sobre o SOS Cassino de modo a conduzir a conduta dos usuários da praia através da força dos discursos de prefixo “eco” na contemporaneidade. Por fim, na última seção, apresento algumas considerações finais sobre os principais achados deste estudo no que se refere ao objetivo inicialmente proposto.

NO EXERCÍCIO DA PROBLEMATIZAÇÃO: ANALISANDO DITOS EM TORNO DO MOVIMENTO SOS CASSINO

Pistas para exercer a problematização circundam o momento em que Foucault (2012a) nos fala dos conjuntos de acontecimentos discursivos, os quais, para ele, possuem seus lugares e consistem “na relação, coexistência, dispersão, recorte, acumulação, seleção

⁸ “Ecologismo que em nome da natureza rejeita tudo aquilo que se refere à intervenção humana” (TOURAINÉ, 2009, p. 165).

⁹ Esse desconfiar surge como um exercício de resistência às reportagens que, com seus conteúdos, buscam uma “unidade”, ou uma “causa”, o que centra toda e qualquer atenção na “busca de uma origem”, a qual, entre as mais discutidas no Cassino, tem girado em torno das dragagens do Porto de Rio Grande.

de elementos materiais; não é o ato nem propriedade de um corpo; produz-se como efeito de e em uma dispersão material” (FOUCAULT, 2012a, p. 54).

Tomo os acontecimentos discursivos em suas dispersões na materialidade selecionada, isto é, “os discursos como séries regulares e distintas de acontecimentos” (FOUCAULT, 2012a, p. 56). Entre essas séries regulares estão alguns fragmentos de reportagens extraídas do Jornal Agora (Rio Grande/RS) que utilizo como materialidades empíricas, ora trazendo excertos de textos do jornal como citação indireta para o corpo do artigo, ora inserindo fragmentos do próprio jornal.

Um primeiro aspecto em destaque na leitura das matérias produzidas pelo Jornal Agora, no contexto do movimento, refere-se ao já mencionado consenso instituído em torno da necessidade de salvação da praia e da dragagem como solução primordial. Observei indícios disso quando o líder do SOS Cassino ressalta que o grupo “não é contra as dragagens realizadas pelo Porto. Nós sabemos que elas são necessárias, porém, até termos respostas claras, achamos correto que o descarte desses sedimentos sejam realizados em terra” (LOURO, 2015a, p. 3).

Os efeitos desse consenso culminam num acordo administrativo entre o SOS Cassino e a Superintendência do Porto de Rio Grande (SUPRG), junto a outras entidades, como a Associação de *Kite Surf* do Cassino e a Associação comunitária do Cassino, como visto em reportagem publicada no jornal dos dias 30 e 31 de maio de 2015, ao tratar do protocolamento dos documentos e da respectiva entrega destes à SUPRG. Nesses documentos, solicitações “visando proteger a orla da praia de mais desgastes, seja por problemas de dragagem e/ou da própria lama” (AGORA, 2015, p. 9) são destacadas como medidas urgentes e inquestionáveis.

Entra em jogo, assim, outros termos muito próximos das discussões da ECO 92, a qual, em seu interior, sustentou alguns desdobramentos da Convenção sobre a Diversidade Biológica (2000), anteriormente mencionada. Disso, extraí o seguinte fragmento referente a uma nota daquelas entidades: “o Cassino acolheu a todos nós uma vida inteira, com certeza, acolherá as futuras gerações e merece ser acolhido por todos nós, riograndinos, pelotenses e demais regiões, neste momento difícil que vem passando” (AGORA, 2015, p. 9).

O que chama atenção é o termo “futuras gerações”, especialmente quando me debruço sobre outros documentos que compõem a rede ligada a eventos transnacionais, especificamente o Relatório de Brundtland, publicado em 1988 no Brasil sob o título “Nosso futuro comum”. Além das pistas trazidas no próprio nome do relatório, nele o consenso em torno de uma noção torna-se produtivo para o contexto que venho problematizando. Essa noção é a de “desenvolvimento sustentável”, isto é, aquele que deve atender “às necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as gerações futuras atenderem também às suas” (NOSSO..., 1991, p. 9).

Para Foucault (2008), um dos elementos provenientes da ascensão de uma governamentalidade biopolítica nos dias de hoje assenta-se num deslocamento dos problemas vinculados à soberania e ao território, questões relativas à circulação (de pessoas, grupos, populações, bens, cereais, doenças) e da necessidade de instauração de mecanismos e dispositivos de segurança visando gerenciá-la.

Vai ser preciso manipular, vai ser preciso suscitar, vai ser preciso facilitar, vai ser preciso deixar fazer, vai ser preciso, em outras palavras, gerir e não mais regulamentar. Essa gestão terá essencialmente por objetivo, não tanto impedir as coisas, mas fazer de modo que as regulações necessárias e naturais atuem, ou também fazer regulações que possibilitem as regulações naturais. Vai ser preciso portanto enquadrar os fenômenos naturais de tal modo que eles não se desviem ou que uma intervenção desastrada, arbitrária, cega, não os faça desviar. Ou seja, vai ser preciso instituir mecanismos de segurança. (FOUCAULT, 2008, p. 474)

Uma sociedade biopolítica vai instaurar um modo de normalização que não mais atua na instituição de um modelo prévio e otimizado de norma de conduta, mas sim incide sobre os acontecimentos à medida que eles ocorrem, com suas probabilidades estatísticas de reincidência no futuro. É no cruzamento entre a preocupação biopolítica com a segurança no presente e no futuro e a disseminação de uma ecológica que aplica tais instrumentos à gestão dos conflitos globais e locais relativos à vida em seus diferentes espaços que as práticas discursivas do movimento SOS Cassino puderam ascender à mídia local como legítimas, verdadeiras e inquestionáveis.

Nesse sentido, ao publicar sobre as ações do SOS Cassino a partir das reportagens aqui apresentadas, o jornal local joga com temas mais globais e se articula a discursos ecológicos em voga na contemporaneidade. A perspectiva transnacional e macropolítica do

Jornal Agora se evidencia ao possibilitar-nos, diante do ativismo empreendido pelo movimento, pensar em conexões com discursos de prefixo “eco” e com desdobramentos ao “desenvolvimento sustentável” como solução primordial ao problema da lama.

O que vemos aflorar junto a uma regularidade de publicações periódicas produzidas pelo jornal local perpassa a própria história da noção de desenvolvimento sustentável quando, junto às discussões sobre a questão ambiental, nota-se que o que se coloca em jogo são estratégias que fazem emergir o consenso. Para tal conclusão, recorro a Carneiro (2012, p. 10), quando a autora problematiza o documento Nosso Futuro Comum, dizendo que nele: “O impasse entre crescer e conservar o ambiente foi solucionado com o consenso em torno do termo desenvolvimento sustentável, o qual se funda em três pilares: desenvolvimento econômico, desenvolvimento social e proteção ambiental”.

Mas as conexões não terminam por aí, uma vez que, ao buscar um paralelismo em suas edições com as ações do SOS Cassino, o Jornal Agora mostra-se um canal aberto para a produção de “um fluxo que conecte a produção de verdade sobre o meio ambiente” (CARNEIRO, 2012, p. 14).

Diante desse diagnóstico, torna-se pertinente pensar e problematizar o discurso “eco” que, em um jogo de palavras, pode também “ecoar” os modos como ele vem sendo apresentado pelo movimento, isto é, o “eco” que antecede “sistemas”, a “lógica” e o “sustentável” (ligada às dragagens), corresponde a “ecologia”, “um ramo da ciência biológica em que as espécies e seus organismos deixaram de ser o alvo central das pesquisas [...]. Investiga-se o que ocorre entre as espécies através das trocas energéticas da cadeia alimentar presente nos diversos ecossistemas” (CARNEIRO, 2012, p. 8).

A urgência dessa ciência é historicamente localizada por Carneiro (2012), através de um redimensionamento instaurado pela explosão da bomba de hidrogênio em 1945. A autora nos fala do meio ambiente como um “dispositivo”, o qual, apesar de não ter sido uma resposta direta às explosões atômicas, “incorporou o alcance planetário dos efeitos das ações humanas sobre o meio que acabaram exigindo um redimensionamento dos cálculos de risco e periculosidade no meio ambiente” (CARNEIRO, 2012, p. 9).

Diante desse redimensionamento, um olhar mais calculista passa a legitimizar os movimentos ambientalistas antes difusos e com pautas pontuais, como os de luta para a preservação de paisagens, de proteção de peixes, aves migratórias, animais de caça, de conservação da qualidade das águas deste ou daquele rio e de combate à desertificação de áreas de cultivo (CARNEIRO, 2012). Assim, na “metade do século XX, a ecologia passou a ser evocada e divulgada na opinião pública como uma força e uma verdade capaz de restringir o uso da ciência moderna baseada no poder sobre a natureza” (WORSTER *apud* CARNEIRO, 2012, p. 8).

CONCLUSÃO: DO PODER “SOBRE” A NATUREZA AO PODER “COM” A NATUREZA

Diante da problematização de algumas ações do SOS Cassino em seus entrecruzamentos com políticas voltadas à proteção da natureza, e a partir de algumas edições do Jornal Agora, destaco uma série de conexões desdobradas nas políticas transnacionais que fazem emergir um olhar específico e pautado numa ecopolítica em jogo. Nesse contexto, os saberes ecológicos inserem-se através de um tipo de poder “sobre” a natureza, instituindo uma relação de supremacia do humano sobre o mundo natural, sobretudo, através da invenção de certos problemas e conflitos como legítimos e de soluções sustentáveis e ecológicas como estratégia resolutiva inquestionável.

Michel Foucault (2013, p. 159), ao percorrer uma genealogia dos cemitérios nas cidades, anuncia que se trata de concebê-los “não como uma ideia cristã, mas médica, política”. Malette (2011, p. 16), ao expandir a análise de governamentalidade para incluir o estudo da ecogovernamentalidade, possibilitou pensar “a intensificação da ‘lógica imanente’ que atravessa as diferentes racionalidades de governo analisadas por Foucault”. No extremo sul do país, no âmbito do SOS Cassino, identifiquei pistas de uma vontade de ecologizar saberes e problemas locais como um rastro robusto de uma ecogovernamentalidade que se manifesta em torno da lama, evocada nas pautas do SOS Cassino e divulgadas pelo Jornal Agora.

Neste artigo procurei, então, desvencilhar-me das polêmicas relativas a certo e errado em torno da lama e suas anunciadas causas e solução consensual, debruçando-me,

por outro lado, na análise sobre as condições de possibilidades de uma rede discursiva que sustenta determinados problemas ambientais como legítimos, tramando efeitos políticos de condução das condutas de surfistas, pescadores e usuários da praia na direção de uma medida “eco”. Tratei de analisá-las não como ditos meramente jornalísticos, mas, sobretudo, como práticas políticas de instauração de modos de conduzir-se e de conduzir o outro com relação aos usos da praia e da gestão de seus conflitos.

Tendo como objetivo problematizar, na esteira de Michel Foucault, ditos extraídos de uma série de materiais jornalísticos conectados a publicações e práticas ambientais contemporâneas, compondo uma rede discursiva que se imbrica e se sustenta sob as premissas de uma ecolítica contemporânea, ou ainda, de uma ecogovernamentalidade em voga nos dias atuais, pude chegar a algumas considerações pontuais.

A primeira delas refere-se à produção de um consenso em torno da necessidade de salvação da praia através da retirada e impedimento de alojamento da lama nos locais de uso para banho, pesca e práticas desportivas. Junto a isso, as medidas ecológicas e sustentáveis são levantadas como soluções privilegiadas ao gerenciamento dos conflitos. Desse modo, problematizo a ascensão de dadas soluções como pertencentes a um regime de verdade em torno das questões ambientais na atualidade, presentes em publicações transnacionais e nos discursos em torno da ecologia na contemporaneidade.

Além disso, exercito uma conexão entre a preocupação levantada pelo periódico local acerca das futuras gerações e a emergência da ecolítica — horizonte da biopolítica. Em uma sociedade biopolítica e de segurança, em que os fluxos e circulações são intensificados em detrimento de proibições e censuras, os problemas gerados em torno dos usos dos espaços (naturais ou não) engendram-se sobre o SOS Cassino, evidenciando os rastros de uma ecogovernamentalidade que visa conduzir a conduta dos sujeitos na direção de um consenso sobre um determinado modo sustentável e ecológico de relação humano-natureza, no qual se evidencia um tipo de poder sobre a natureza (CARNEIRO, 2012) sob a premissa de primazia do homem “sobre” e não “com” o seu meio.

Assim, a liberdade de ação e participação dos grupos e indivíduos como característica fundamental da bio/ecolítica, ao invés de produzir o dissenso e a diferença, no caso

analisado, produziu uma necessidade de consenso em torno da problemática emergente da lama na beira da praia; mas não é só disso que se trata, já que um modo subjacente de educar “através do medo e do possível risco de perda [...]” (HENNING, 2019, p. 378) da praia é colocado em jogo.

Talvez combater o efeito de rebanho de tais discursos e poderes contemporâneos em torno dos problemas ambientais se construa através de uma aposta na exploração do prefixo “eco”, de modo a fazer que o próprio meio em que habitamos “ecoe” novas possibilidades e abordagens não ecologicistas da ação a partir de uma relação “com” a natureza e não “sobre”.

Desse modo, uma potente pista talvez esteja na ideia de corpo-onda criada por Daniel Lins (2009, s/p), quando ele relaciona o surfe e a filosofia de Gilles Deleuze, que, para Lins, é um filósofo surfista da imanência. Nessa ideia, “o surfista é a onda com a onda, e não onda sobre a onda [...]. É um puro sensitivo à escuta do meio no qual ele dança com seu corpo-onda para não ‘dançar’ na vida”. Há, nessa ideia, uma vital concepção de movimento que se difere de “uma concepção energética” (DELEUZE, 2010, p. 155), sob a qual por muito tempo vivemos e, vale frisar, rege uma perspectiva ecológica que coloca o homem “sobre” a natureza.

É interessante ressaltar que, para apresentar essa concepção-outra, alguns esportes como o surfe, o *Wind Surfe* e a Asa Delta são os intercessores de Deleuze (2010), pois o que colocam em jogo “não é uma origem enquanto ponto de partida, mas uma maneira de colocação em órbita. O fundamental é como se fazer aceitar pelo movimento de uma grande vaga [...] ‘chegar entre’ em vez de ser origem de um esforço” (DELEUZE, 2010, p. 155). Assim sendo, finalizo este artigo colocando o pensamento em órbita à espreita de movimentos-outros.

REFERÊNCIAS

AGORA. Associação de Kitesurfistas do Cassino e entidades entregam documento a Janir Branco. Seção Esporte, nº 11.157, **Jornal Agora**, Rio Grande, p. 9, 30 e 31 de maio de 2015.

BANDEIRA, Marília. Territorial disputes, identity conflicts, and violence in surfing. **Motriz**, São Paulo, v. 20, n. 1, pp. 16–25, jan./mar. 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1980-65742014000100003>. Acesso em: 01 set. 2020.

BRASIL. **Convenção sobre Diversidade Biológica**. Brasília: MMA, 2000. Disponível em: https://www.mma.gov.br/estruturas/sbf_dpg/_arquivos/cdbport.pdf. Acesso em: 03 set. 2020.

CARNEIRO, Beatriz. A construção do dispositivo meio ambiente. **Revista Ecológica**, São Paulo, n. 4, pp. 2–15, 2012.

DELEUZE, Gilles. **Conversações (1972–1990)**. 2ª ed. São Paulo: Ed. 34, 2010.

FOUCAULT, Michel. *Ditos e escritos V: ética, sexualidade e política*. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010, 326p.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Loyola, 2012a.

FOUCAULT, Michel. O nascimento da medicina social. In: Machado, R. (comp.). **Microfísica do Poder**. São Paulo: Graal, 2013.

FOUCAULT, Michel. Polêmica, Política e Problematizações. In: MOTTA, M. (Org.) **Ditos e Escritos, Vol V: Ética, Sexualidade e Política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território e população**: curso dado no College de France (1977–1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FISCHER, Rosa. Foucault revoluciona a pesquisa em educação? **Perspectiva**, Florianópolis, v. 21, n. 2, pp. 371–389, jul./dez. 2003.

FREITAS, Gustavo. **Práticas de divertimento no Cassino/RS em meados do século XX**: a produção de um outro espaço no encontro com os infames. 2014. 141 f. Tese (Doutorado em Educação em Ciências) — Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2014.

HENNING, Paula. Estratégias Bio/Ecológicas na Educação Ambiental: a mídia e o aquecimento global. **Educação Unisinos**, v. 23, n. 2, pp. 367–382, abr./jun., 2019.

HENNING, Paula; MUTZ, Andresa; VIEIRA, Virgínia (Orgs.). **Educações ambientais possíveis**: ecos de Michel Foucault para pensar o presente. 1.ed. Curitiba: Appris, 2018.

KASTRUP, Virginia. A rede: uma figura empírica da ontologia do presente. In: FONSECA, T. KIRST, P. (Org.). **Cartografias e devires: a construção do presente**. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

LINS, Daniel. Deleuze surfista da imanência: a relação entre o surf e a inspiração do filósofo francês Gilles Deleuze. **Cult**, n. 139, 2009.

LOURO, Esther. Lama na praia do Cassino: resultados da dragagem ou consequência de fenômenos naturais? Seção Geral, nº 11.135, **Jornal Agora**, Rio Grande, p. 3, 5 de maio de 2015.

LOURO, Esther. Remada na praia pede resposta sobre lama na praia do Cassino. Seção Geral, nº 11.140, **Jornal Agora**, Rio Grande, p. 3, 11 de maio de 2015, 2015a.

MALETTE, Sébastien. Foucault para o próximo século: ecogovernamentalidade. **Revista Ecológica**, São Paulo, n. 1, pp. 4–25, 2011.

MARQUES, Isabel; HENNING, Paula. Discursos Esverdeantes e atravessamentos com a Ecológica. **Rev. Eletrônica Mestr. Educ. Ambient.** Rio Grande, v. 37, n. 1, jan./abr., pp. 228–246, 2020. E-ISSN 1517-1256.

NOSSO FUTURO COMUM (Relatório Brundtland). **Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento**. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1991.

PASSETTI, Edson. Transformações da biopolítica e emergência da ecológica. **Revista Ecológica**, São Paulo, n. 5, pp. 2–37, 2013.

SOUZA, Thiago; HECKTHEUER, Luiz Felipe; RIGO, Luiz Carlos. Dos corpos-surfistas ao “corpo-praia”: visibilidades e deslocamentos às margens do Rio Grande do Sul no século XXI. In: **Anais XVI Nacional e XI Internacional Encuentro de Investigadores en Educacion Física e II Encuentro de Extension**. Udelar: Montevideo, outubro de 2016. Disponível em: http://congresos.udelar.edu.uy/descargas/resumen_encuentro_2016_isef.pdf. Acesso em: 3 set. 2020.

SOUZA, Thiago; HECKTHEUER, Luiz Felipe; RIGO, Luiz Carlos. O Espaço da Beira da Praia, a Criança e a Produção de uma Ordem. **LICERE** — Revista Do Programa De Pós-graduação Interdisciplinar Em Estudos Do Lazer. Belo Horizonte, v. 19, n. 2, pp. 294–328, jun. 2016a. Disponível em: <https://doi.org/10.35699/1981-3171.2016.1247>. Acesso em: 3 set. 2020.

SOUZA, Thiago; HECKTHEUER, Luiz Felipe; RIGO, Luiz Carlos. Possibilidades Heterotópicas do Surfe. **LICERE** — Revista Do Programa De Pós-graduação Interdisciplinar Em Estudos Do Lazer, Belo Horizonte, v. 22, n. 3, pp. 492–516, set. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.35699/1981-3171.2019.15320>. Acesso em: 3 set. 2020.

SOUZA, Thiago; RIGO, Luiz Carlos. Problematizações em tono da lógica “eco”: nos rastros do sustentável sobre a lama na beira da praia do Cassino. In: **VI Extremos do Sul: sustentabilidade e natureza, interfaces com a Educação Física**. FURG: Rio Grande, 2017. Disponível em: https://90dcf5ea-ad11-4860-8cfd-714fca4716c0.filesusr.com/ugd/71c8f8_272113ffadc74143b712268ea337f607.pdf. Acesso em: 3 set. 2020.

SOUZA, et al. “Partiu pro surf”: Memórias e amizades na Praia do Cassino – RS. **Revista Didática Sistêmica**, [S.l.], pp. 78–94, set. 2012. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/redsis/article/view/2747>. Acesso em: 3 set. 2020.

SOUZA, Thiago. **Notas de uma experiência**: o surf na praia do Cassino/RS. 2010. 36 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Educação Física) — Universidade Federal do Rio Grande, Instituto de Educação, Rio Grande, 2010.

TOURAINÉ, Alain. **Pensar outramente o discurso interpretativo dominante**. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

VEIGA-NETO, Alfredo. Ecopolítica: um novo horizonte para a biopolítica. **Revista Eletrônica Mestrado em Educação Ambiental**, Rio Grande, volume especial, dez./2014.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história**: Foucault revoluciona a história. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2014.

Submetido em: 04-09-2020.

Publicado em: 20-08-2021.